

MULHERES DO MUNDO: GÊNERO E TESTEMUNHO EM TRÊS NARRATIVAS (*UM DEFEITO DE COR*, DE ANA MARIA GONÇALVES, *AS BOAS MULHERES DA CHINA*, DE XINRAN, E *INFIEL*, DE AYAAN HIRSI ALI)

Prof.^a Dr.^a Maria Amélia Dalvi¹ (UFES)

Resumo:

Sob perspectiva testemunhal, abordam-se três narrativas: Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves, As boas mulheres da China, de Xinran, e Infiel, de Ayaan Hirsi Ali. A primeira recria o que teria sido um manuscrito assinado por uma mulher nascida na República do Daomé, trazida para o Brasil como escrava (GONÇALVES, 2006). A segunda é construída pela sucessão de depoimentos de mulheres chinesas com as quais a autora teria tomado contato nos anos de 1980 (XINRAN, 2007 [2002]). Por fim, a terceira é a autobiografia de Ayaan Hirsi Ali, que, tendo nascido na Somália e vivido no islamismo mais radical, fugiu da África, chegou à Holanda e vive exilada nos Estados Unidos (ALI, 2007 [2006]). A leitura desses três relatos em que a questão ética prevaleceria sobre a estética ocupa-se da encenação historicamente situada da (dú)vida de mulheres dispersas pelo mundo, em torno da possibilidade de dizer de sua condição de gênero.

Palavras-chave: Gênero, testemunho, Ana Maria Gonçalves, Xinran, Ayaan Hirsi Ali.

1 Introdução

Em seu livro *História, Ficção, Literatura*, Luiz Costa Lima (2006) traça um percurso por distintos modos de conceber as relações entre os três pólos sobre os quais se debruça. Argúi, assim, o positivismo historiográfico que ergue sobre as fontes um edifício que imagina seguro; e desmonta os argumentos daqueles que igualam a historiografia à ficção, ridicularizando – ou simplesmente negando – sua busca pela factualidade, pelo rigor metodológico, enfim, pela verdade.

De acordo com o teórico, um mesmo fenômeno ou fato da realidade pode dar lugar a tratamentos diferentes, entre eles o historiográfico ou o ficcional, entendidos não como disciplinas de um mesmo campo de saber, mas como elaborações diversas “em que o próprio de um é o impróprio de outro” (LIMA, 2006, p. 117). A escrita da história procuraria construir um aparato analítico explicativo da factualidade, cuja comprovação dependeria do contraste com outros aparatos explicativos e com seu apoio na referencialidade contextual; já a ficção não pretenderia dizer a verdade do que foi, pois seu critério de validação concerniria à construção verbal (p. 119). No entanto, adverte Costa Lima (2006),

[...] tomando a linguagem como mera transparência para o registro de conteúdos, o analista da historiografia ou o próprio historiógrafo não se preparam para perceber como a composição de eventos e a função assegurada a instituições e planos de análise [...] afetam a própria constituição do objeto historiográfico. Por outro lado, para a análise do ficcional, a pura análise interna – mais comumente confundida com a imanente – corre o risco de, sob a justificativa de exorcizar o que Barthes chama de ‘*l’effet de réel*’, deixar de compreender o texto ficcional como resposta, por certo oblíqua, a uma certa configuração do real (p. 119).

Desse modo, continua o autor, entre a história e a escrita da história há a historicidade, que

articula uma e outra; além disso, é a historicidade quem indicia a temporalidade da historiografia e o lugar de quem escreve. O lugar de escrita é, pois, com Michel de Certeau, construído pela articulação entre a dependência em face de um poder estabelecido, o domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais e o jogo com os símbolos e com as referências que têm autoridade no público. Essas mesmas teses parecem valer também para a ficção, que também é viabilizada (ou, noutra perspectiva, constrangida) pela temporalidade e pelo lugar de quem escreve/do que se escreve.

Todavia há um grande risco. Se, por um lado, a historicidade é a possibilidade de inserir a historiografia e a ficção no tempo e no espaço, o risco de seu uso, conforme Costa Lima (2006), “consiste em pensar-se que a reconstituição de seu lugar [do texto, historiográfico ou ficcional] supõe a determinação do valor do objeto que se aborda”; afirmar isso seria como “admitir que um bom ou mau ‘lugar’ determinariam a qualidade do que aí se faz” (p. 120).

A noção de literatura de testemunho, pois, se faz entre as duas pontas do abismo, tendo a historicidade (a nossa, inclusive) como corda bamba que, na condição de leitores, somos obrigados a enfrentar: de um lado, a ficção liberada do constrangimento imposto pela factualidade e pela referencialidade; de outro, a história e sua escrita, e nosso acanhamento diante da crença em uma possibilidade de verdade. Partindo-se, pois, do princípio de que caracterizariam o testemunho “registro em primeira pessoa; compromisso com a verdade; desejo de justiça; vontade de resistência; valor ético sobre o valor estético; representação de um evento coletivo; forte presença do trauma; sintomas de ressentimento; vínculo estreito com a história e a condição de minoridade”, abordam-se três narrativas longas: *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, *As boas mulheres da China*, de Xinran, e *Infidel*, de Ayaan Hirsi Ali, todas as três publicadas na última década.

A primeira dessas narrativas é um romance histórico em primeira pessoa que recria o que teria sido um manuscrito localizado na Ilha de Itaparica-BA, assinado por Kehinde, uma mulher negra nascida na República do Daomé (atualmente, Benin), trazida para o Brasil como escrava, ainda criança, no início do século XIX (GONÇALVES, 2006). A segunda narrativa, de uma jornalista nascida na China e atualmente exilada na Inglaterra, cujo pseudônimo é Xinran, é construída pela sucessão de depoimentos de mulheres chinesas com as quais a autora teria tomado contato a partir de um programa que manteve em uma rádio estatal em Nanquim, nos anos de 1980, na maioria das vezes por meio de cartas entregues de madrugada ou de mensagens gravadas em uma secretária eletrônica (XINRAN, 2007 [2002]). Por fim, a terceira das narrativas consideradas é a autobiografia de Ayaan Hirsi Ali, que, tendo nascido na Somália e crescido na Arábia Saudita, na Etiópia e no Quênia, vivendo sempre no islamismo mais radical – sendo submetida a violências como a clitorectomia, o casamento à própria revelia e os espancamentos constantes –, fugiu da África, chegou à Holanda e vive atualmente exilada nos Estados Unidos (ALI, 2007 [2006]).

2 As mulheres do mundo: sua história, sua ficção

Ana Maria Gonçalves cria seu romance lançando mão do previsível recurso do manuscrito perdido, recuperado graças a um desses acasos do destino de que a literatura está repleta. Entrelaçando a própria vida (de ex-publicitária que larga tudo e resolve ir morar na Bahia e viver de literatura – tomando como convite um guia turístico de Salvador, escrito por Jorge Amado, que lhe cai nas mãos em uma livraria!) com a de sua protagonista, tematiza mulheres que tomam o destino nas mãos e, à base de trabalho, sorte e coragem, reescrevem as próprias histórias.

Kehinde, a protagonista-narradora de *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2006), tem uma história mirabolante, no entanto, ancorada em delicada pesquisa histórica e de época. Neta de uma feiticeira vodúnsi e filha de uma dançarina, a ibeji (gêmea, considerada uma espécie de divindade/bênção naquela cultura) vê sua mãe ser estuprada por guerreiros tribais, seu irmão morrer assassinado e sua família ser capturada para ser vendida como escrava. Sua irmã gêmea

morre vítima dos maus tratos no navio negreiro.

Ela vem criança para o Brasil, no início do século XIX, e é negociada em uma feira. Seu instinto de sobrevivência e sua esperteza são aguçados desde cedo: a) percebe que precisa ser vendida logo (os escravos, quando se tornavam mercadoria encalhada, tinham sorte ainda pior que os trabalhos físicos forçados), atrai negociantes com dança e é comprada para ser um brinquedo da filha órfã de um fazendeiro, o que era um destino de “sorte”; b) entende que uma escrava letrada aumenta seu valor e prestígio e aproveita-se das aulas que sua sinhazinha recebe do preceptor para ela mesma – Kehinde – alfabetizar-se; e c) não perde a chance de aprender uma terceira língua (no caso, o inglês), quando trabalha alugada na casa de uma família estrangeira.

Estuprada por seu senhor desde muito jovem e tendo com ele um filho que, à frente, morre tragicamente (confirmando sua crença nos abikus), é perseguida pela senhora Anna Felipa, ao mesmo tempo em que constrói uma rede de amizades e de solidariedade com outros escravos, ex-escravos, padres, capoeiristas, portugueses, brasileiros, ingleses etc., participando de associações secretas e de irmandades cuja finalidade era a conquista da liberdade, tomando parte, inclusive, em rebeliões e fugas. Já livre, casa-se com um português, com quem tem outro filho, que, no entanto, termina vendido pelo próprio pai – e é a esse filho que a protagonista destina a maior parte de sua narrativa, pois tem a esperança de encontrá-lo e de convencê-lo de que foram separados na base da violência e da traição.

Sua primeira grande chance na vida surge quando vai para a cidade como escrava de ganho e consegue comprar a própria liberdade. Depois, sua segunda grande chance ocorre quando retorna à África e, em paralelo ao contrabando de armas e mercadorias, investe na construção de casas à moda brasileira, conquistando prestígio, respeito e muito dinheiro – seus outros dois filhos, com um oficial da marinha, vão estudar na Europa, o que, para ela, é motivo de orgulho, mas de angústia pelo destino incerto do filho cujo destino desconhece durante a maior parte de sua vida.

Xinran, por sua vez, é o pseudônimo de uma jornalista chinesa, atualmente exilada em Londres. Logo de início ficamos sabendo que é mãe solteira e que sempre trabalhou muito duramente para criar o filho, em uma sociedade tradicional e conservadora. Antes, no prólogo, ela nos conta de como precisou salvar o manuscrito de seu livro, durante um assalto em que lutou com um bandido com mais de 1,90m de altura. Justifica a ousadia em nome de seu investimento emocional na empreitada literária e, principalmente, em nome da importância de que o mundo conheça as histórias que apresenta como verídicas (mas cujos nomes, adverte, foram alterados para proteger as pessoas envolvidas).

A gênese de seu trabalho está em um programa de rádio voltado para mulheres que começou na rádio estatal chinesa, com dicas de beleza, comportamento e moda. Pouco a pouco, abriu espaço para temas mais delicados e começou a receber depoimentos ao vivo ou registrados em secretária eletrônica de ouvintes que expunham seus pontos de vista, suas realidades, seus traumas, seus questionamentos. Com a existência da censura oficial, muitos relatos não podiam ser veiculados e outros sequer podiam ser feitos por telefone.

Ela passa a receber cartas, bilhetes, pedidos de socorro, ameaças. As histórias que vai recolhendo passa para o papel. São meninas abandonadas recém-nascidas, criadas como meninos ou assassinadas pelos próprios pais; são mulheres omissas em relação aos abusos sexuais sofridos pelas filhas dentro de casa; são mulheres abandonadas nos hospitais (os pais, maridos ou filhos não as querem de volta e, sem modo de sobreviver, são relegadas a condições subumanas); são mulheres assassinadas ou torturadas por violarem códigos de honra ou por fugirem de casamentos não consensuais; são mulheres que, depois de velhas, vivem na mendicância por serem “despesa sem retorno”; são mulheres universitárias que descobrem na prostituição um caminho para a liberdade e autonomia; são mulheres que enlouquecem por perderem seus filhos nos acidentes de trabalho ou nos acidentes naturais, pois ficam sem socorro devido à “inviabilidade econômica” de seu

salvamento etc.

Por fim, na terceira narrativa, Ayaan Hirsi Ali apresenta-se, em sua autobiografia, como uma privilegiada, para os padrões africanos de existência. Filha de um ex-diplomata somali, sobreviveu ao nascimento prematuro, foi à escola e pôde viver em diferentes países. Na introdução de seu livro, conta o assassinato de seu amigo Theo van Gogh – motivado por razões religiosas – um produtor de cinema holandês com quem fazia, em 2004, um vídeo sobre as condições de vida das mulheres somalis. Essa é a porta de entrada para a história de uma mulher criada no islamismo radical (participando, ativamente, de apedrejamentos e congêneres), submetida à clitorectomia total, casada a contragosto, vítima de abusos, espancamentos e do ressentimento das demais mulheres de sua família, vivendo em conflito interno com os valores de sua cultura, aos quais, por fim, renega.

Ayaan Hirsi Ali, depois de fugir do marido com quem se casara, chega à Holanda, onde mente para obter visto de permanência. Na contracorrente de todo tipo de discriminação, insere-se nos programas de estudos para jovens e adultos e ingressa na universidade, envolvendo-se com os problemas de sua comunidade e terminando por eleger-se deputada. Sofre ameaças e, por fim, tem que responder à denúncia de que seu visto fora obtido ilegalmente, sendo ameaçada de deportação. Por fim, é abrigada nos Estados Unidos, já que, nos países muçulmanos, está jurada de morte, em razão de sua militância internacional pelo fim da clitorectomia, do casamento infantil, entre outras causas semelhantes.

Conclusão

Partindo-se das considerações de Luiz Costa Lima (2006) e da síntese das obras que estamos abordando, parece pertinente tecer algumas considerações. Sabendo-se do lugar de subalternidade – e, portanto, de alteridade contrafeita – que as mulheres têm ocupado na história humana, é possível dizer que a vivência/experiência de situações de violência (de gênero sim, mas também de classe, etnia, opção [não] religiosa etc.) dá origem a tratamentos diferenciados: ora historiográficos, ora ficcionais. No entanto, esses dois pólos não se organizam de modo alternativo (na perspectiva de ou... ou), mas como um *continuum*. Podemos sustentar essa afirmação se pensarmos que nas três narrativas enfocadas, quanto ao gênero, uma delas se assume como autobiografia (*Infidel*); outra, como uma sucessão de relatos colhidos oralmente ou por escrito (*As boas mulheres da China*); e a última (*Um defeito de cor*) como uma compilação/organização de um manuscrito perdido, localizado por acaso em uma igreja baiana.

Portanto, mesmo que as obras funcionem pela recorrência a procedimentos discursivos próprios ao literário, contudo, não abrem mão de estreitar vínculos – de historicidade – com o saber e a realidade histórica, na qual as mulheres (porque são mulheres, mas também porque são pobres, porque são analfabetas, porque não detêm poder político, etc.) foram, são e continuam sendo violentadas – nas muitas acepções que a palavra pode assumir. (Como mostra, por exemplo, a matéria “A mais covarde das armas de guerra”, publicada na revista *Época* desta semana. A matéria existe em razão da repercussão do novo livro de Rochelle Saidel, sobre a violência sexual contra mulheres judias na Segunda Guerra Mundial, e menciona o estupro em massa e escravidão sexual de mulheres durante a guerra Bósnia-Herzegovina, no início dos anos 1990, quando entre 20 e 50 mil mulheres foram estupradas, bem como menciona a agressão, o estupro e a morte de mulheres da etnia tutsi em Ruanda, quando, em 1994, entre 250 e 500 mil mulheres foram violentadas, por incentivo da ex-ministra Pauline Nyiramasuhuko. E como mostra também a revista *TPM*, deste mês, que enfoca a “Marcha das Vadias”, movimento internacional de mulheres em resposta às declarações de um soldado americano – ecoada por homens e mulheres no mundo – que disse que se as mulheres não quiserem mais ser estupradas, devem parar de se vestir e de se comportar como vadias.).

Nesse sentido – o de que as histórias aqui apresentadas guardam vínculos, de historicidade,

com a história –, poderíamos lançar mão da ideia de que haveria “graus de testemunho” dentro dos relatos que nos chegam. Assim, a autobiografia (*Infliel*) estaria mais próxima do testemunho canônico, e o romance (*Um defeito de cor*) mais longe. No entanto, o conjunto dos três textos não permite adotar com tranquilidade essa hierarquização, para a qual a “fidelidade” ou “proximidade” com o real é traço distintivo e valorativo. Parece-nos que, nos três textos, o que há é um desejo de viabilizar a propagação *da certeza* (de que as mulheres precisam e querem ter voz e vez para dizer de seus dramas – que, se parecem superados para uma maioria, continuam vivos e pulsantes para uma imensidão) *e da dúvida* (de que qualquer gesto nesse sentido não confirme uma postura ressentida, paralisante, lamuriosa e angustiada).

Noutras palavras, a leitura desses três relatos em que a questão ética prevaleceria sobre a estética, segundo o “paradigma testemunhal”, não se ocupa da noção de “graus de testemunho”, uma vez que ela encerraria, ainda que problematizadas, noções como legitimidade, origem e verdade em seu âmago; ocupa-se da encenação historicamente situada (e, portanto, comprometida com a certeza e a verdade, naquilo que guardam como horizonte de possíveis) da (dú)vida de mulheres dispersas pelo mundo, em torno da possibilidade de dizer de sua condição de gênero.

Referências Bibliográficas

- 1] ALI, A. A. *Infliel*: a história da mulher que desafiou o Islã. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- 2] GONÇALVES, A. M. *Um defeito de cor*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- 3] LIMA, L. C. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- 4] XINRAN. *As boas mulheres da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

i Prof.^a Dr.^a Maria Amélia Dalvi

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação
mariaameliadalvi@gmail.com